

# **Novos Temas**

**Revista do Instituto Caio Prado Jr.**

**Revista de debate e cultura marxista**

**São Paulo - 2012**

## REVISTA NOVOS TEMAS

Edição técnica-revisão: *Geraldo Martins*

Revisão: *Maria Elaine Andreoti e Edilson Dias de Moura*

Projeto gráfico, capa e diagramação: *Zap Design*

Impressão e acabamento: *Cromosete*

Capa: *Foto dos fundadores do PCB, tirada durante o I Congresso, de 25 a 27 de março de 1922, em Niterói-RJ*

### Editoras

*Antônio Carlos Mazzeo*

*Edmilson Costa*

*Milton Pinheiro – Editor Executivo*

*Sofia Manzano*

### Jean Salem – França

*Jorge Grespan – USP*

*José Meneceu Neto – UUCE*

*José Paulo Netto – UFRJ*

*Lincoln Secco – USP*

*Luciano Martorano – Cientista Político*

*Décio Flávio de Almeida – PUC/SP*

*Luiz Bernardo Pericás – USP*

*Luiz Eduardo P. Motta – UFRJ*

*Marcos Cassim – USP*

*Marcos Del Rio – UNESP*

*Maria Beatriz Abramides – PUC/SP*

*Marly Viana – UFSCAR*

*Massimo Modonesi – México*

*Mauro Iasi – UFRJ*

*Michael Löwy – França*

*Michel Zaidan Filho – UFPE*

*Miguel Urbano Rodrigues – Portugal*

*Milton Pinheiro – UNEB*

*Muniz Ferreira – UFRJ*

*Nelson Souza – Sociólogo*

*Neusa Maria Dal Ri – UNESP*

*Pablo Lima – UFMG*

*Paulo Alves de Lima – Economista*

*Paulo Barsotti – FGV/SP*

*Paulo Cunha – UNESP*

*Paulo Santos Silva – UNEB*

*Pavol Blanco Cabrera – México*

*Raul Mateos Castels – Livreiro*

*Ricardo Antunes – UNICAMP*

*Ricardo Costa – FDR*

*Roniwalter Jatobá – Escritor*

*Serge Wolkow – França*

*Sérgio Lessa – UFAL*

*Silvia de Bernardinis – Itália*

*Silvio Almeida – USJT*

*Sofia Manzano – UNICAMP*

*Valério Arcary – CEFET/SP*

*Virginia Fontes – UFF*

*Vito Gianotti – Jornalista*

*Ivo Tonet – UFAU*

*Jair Pinheiro – UNESP*

*José Gómez – Brasil*

*Julio César – Brasil*

*Leandro Lemos – Brasil*

*Luiz Henrique – Brasil*

*Luiz Otávio – Brasil*

*Luiz Sérgio – Brasil*

*Luiz Fernando – Brasil*

### Conselho Editorial

*Adriano Nascimento – UFAU*

*Aldo Agosti – Itália*

*Aldrin Castellucci – UNEB*

*Anderson Deo – UNESP*

*Andrea Catone – Itália*

*Angélica Lovatto – UNESP*

*Anita Leocadia Prestes – UFRJ*

*Antonio Carlos Mazzeo – UNESP*

*Armando Boitto – UNICAMP*

*Bernadete Wrublesky – UFSC*

*Caio Navarro de Toledo – UNICAMP*

*Carlos Lozano – Colômbia*

*Carolus Wimmer – Venezuela*

*Celso Frederico – USP*

*Domenico Losurdo – Itália*

*Edmilson Costa – ICP*

*Edmundo Dias Fernandes – UNICAMP*

*Eduardo Serra – UFRJ*

*Francisco Teixeira – UUCE*

*Isabel Monal – Cuba*

*Ivan Pinheiro – Advogado*

*Ivana Jinkings – Jornalista*

*Ivo Tonet – UFAU*

*Jair Pinheiro – UNESP*

Índice para catálogo sistemático  
1. Crítica marxista

335

Todos os direitos desta edição reservados a:

Instituto Caio Prado Jr.

Rua Dr. Alfredo Ellis, 183 – sala 124 – Bela Vista

São Paulo-SP

CEP 01322-050

icaiprado@gmail.com

mtpinh@uol.com.br

## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO</b> .....	9
<b>I - ENTREVISTA</b> .....	15
Entrevista com Anita Leocadia Prestes .....	
<b>II - FUNDAMENTOS</b> .....	73
Carta a um camarada – Sobre nossas tarefas de organização .....	
<i>Vladimir Ilitch Lenin (set. 1902)</i>	
<b>III - ARTIGOS</b> .....	91
As anomalias da social-democracia brasileira.....	
<i>Anderson Deo</i>	
Classes sociais e revolução nos escritos de Mao Tsé-tung (1926-1930) .....	119
<i>Danilo Enrico Martuscelli</i>	
Notas sobre desenvolvimento, meio ambiente e capitalismo.....	135
<i>Eduardo G. Serra</i>	
<b>IV - HISTÓRIA IMEDIATA</b> .....	159
Os primeiros anos do PCB – as dificuldades da luta .....	
<i>Maryl de A. G. Viana</i>	
O PCB no movimento da história: das contradições dos anos de	
formação às lutas contra o Estado Novo .....	181
<i>Milton Pinheiro</i>	
O PCB e a estratégia da revolução brasileira.....	217
<i>Marcos Del Rio</i>	

# CLASSESS SOCIAIS E REVOLUÇÃO NOS ESCRITOS DE MAO TSÉ-TUNG (1926-1930)

Danilo Enrico Martuscelli\*

Quando o inimigo avança, nós nos  
retiramos  
Quando o inimigo para e acampa, nós  
o fustigamos  
Quando o inimigo evita uma batalha,  
nós o atacamos  
Quando o inimigo se retira, nós o per-  
seguimos.  
(Mao Tsé-tung)

## 1. Introdução

A guerra civil em curso na formação social chinesa, no biênio 1925-1927, foi motivo de amplos debates no seio da Terceira Internacional Comunista (Comintern). Em linhas gerais, é possível afirmar que a posição oficial defendida pelo Comintern, para a resolução dos conflitos de classe na China, era a seguinte: o proletariado urbano industrial deveria se unir à burguesia nacional. Ou seja, na fase democrático-burguesa da revolução, essas duas classes deveriam aliar-se contra o imperialismo estrangeiro e os resquícios de feudalismo ainda existentes na formação social chinesa. Tal linha política resultou na aliança do Partido Comunista da China com o Kuomintang (Partido Nacionalista Chinês). Esse posicionamento confrontava-se diretamente com os oposicionistas no interior do Comintern, que caracterizavam a sociedade chinesa pela persistência de formas “asiáticas” – e não feudais. Como ressalta Sofri,

\* Professor do Curso de Licenciatura em Ciências Sociais da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). Correio eletrônico: daniloenrico@yahoo.com.br. Agradeço aos camaradas: Andriei Gutierrez pelas várias discussões que fizemos sobre o assunto deste artigo, e Márcio Naves, pela oportunidade de oferecer uma leitura crítica e rigorosa dos escritos de Mao Tsé-tung.

A sociedade “asiática” (na acepção marxiana) tinha [...] entre suas características diferenciadoras – ou, pelo menos a escassa importância – de uma grande classe de proprietários rurais feudais; o poder de uma burocracia que retirava da cobrança de impostos sobre a terra suas fontes de sustentação; a debilidade da vida urbana. Acolher essas teses implicava necessariamente a convicção de que a burguesia urbana chinesa, muito diferente nisso de seus modelos ocidentais, não podia ter uma existência autônoma, mas era na realidade ligada, por um lado, ao imperialismo (burguesia compradora) e, por outro, à classe dirigente burocrática (os artesãos e os mercadores encarregados de produzir e fornecer os bens necessários à classe dirigente). No plano político, o resultado dessa diferente análise da sociedade chinesa só podia ser uma recusa da ideia de que a burguesia nacional, apoiada ou não pelo proletariado, fosse capaz de empreender uma revolução democrático-burguesa que era contrária a seus interesses; e a correspondente afirmação de que não uma aliança entre burguesia nacional e proletariado (em termos políticos, Guomindang e PC chinês), mas somente uma aliança entre o nascente proletariado urbano e as massas camponesas oprimidas seria a base necessária para uma revolução destinada a transformar radicalmente as relações sociais. (1987: p. 34).<sup>1</sup>

É importante observar ainda, sem ter em mira analisar todas as posições em conflito na época, que o Partido Comunista da China, fundado em 1921, operou uma mudança significativa de sua política de alianças de classe durante os anos de 1920. Como observa Naves (2005: p. 19), se nos dois primeiros congressos que realizou, em 1921 e 1922, o PC chinês recusou a colaboração de classes com a burguesia nacional e defendeu a independência política do partido, a partir do terceiro congresso, em 1923, passou a adotar uma política de colaboração e de alianças com as forças do Kuomintang (Partido Nacionalista), de Sun Yat-sen, abandonando a perspectiva de uma revolução proletária na China em favor de uma revolução nacional-burguesa.

No nosso entender, a despeito das disputas entre a “interpretação feudal” e a “interpretação asiática” no seio do Comintern, durante os anos de 1920, nota-se uma aproximação teórica de fundo das duas interpretações em conflito: ambas partiam da ideia geral de que a transformação radical das relações sociais na China só se daria com a revolução proletária, isto é, com o proletariado urbano na direção do movimento revolucionário com a massa camponesa na retaguarda. A diferença aparecia basicamente no plano prático, na medida em que os oposicionistas eram mais próximos da ideia de uma radicalização imediata e abrupta da revolução (tese da revolução permanente) e a posição oficial do Comintern alinhava-se à ideia de uma radicalização gradual (tese da revolução por etapas). Em ambos os casos, a defesa da ditadura do proletariado como instrumento de transformação radical das relações sociais da formação social chinesa era realizada de modo inquestionável. Conforme a caracterização que faziam das classes em luta, os dirigentes comunistas realizavam um diagnóstico distinto acerca da natureza da revolução. Portanto, o que estava em disputa, na verdade, eram os seguintes fatores: a discussão acerca das condições históricas em que a revolução proletária seria possível e o sistema de alianças de classe necessário para atingir esse objetivo comum.

Ocorre que, de modo mais ou menos dissimulado, tais interpretações ou linhas políticas compartilhavam uma tese comum: a tese do primado das forças produtivas sobre as relações de produção. O que significa dizer que, para ambas as perspectivas, a maioria explorada – as massas camponesas chinesas – deveria ocupar apenas um papel coadjuvante no processo revolucionário. Partia-se, assim, de uma ideia de que, independentemente da formação social, as massas camponesas lograriam no máximo a posição de retaguarda do proletariado urbano industrial. Seu destino já estava previamente determinado: não poderiam se desenvolver como força social autônoma; estavam condenadas a servir a uma das duas classes fundamentais. No fundo, tais posicionamentos incorporavam a análise de Marx (1977) acerca do pequeno campesinato francês, que era comparado a um “saco de batatas”, dado o seu caráter de dispersão geográfica, sem que, com isso, fossem feitas as devidas mediações históricas e políticas que distanciavam a realidade francesa, de meados do século XIX, da situação das lutas de classes na formação chinesa dos anos de 1920.

<sup>1</sup> É interessante notar, como faz o autor, que, na análise empreendida por Marx das sociedades pré-capitalistas, a ideia de “modo de produção asiático” aparece apenas uma vez e, mesmo assim, inserida num elenco de modos de produção, não sendo sistematizada num plano propriamente conceitual. Quando fez uso de expressões do tipo “despotismo oriental”, “formas asiáticas de propriedade comum”, “modo de produção da velha Ásia”, “sociedades asiáticas”, em nenhum dos casos, Marx referiu-se às formas escravistas ou feudais para caracterizar a história dos países asiáticos. Empregou o termo “asiático” apenas com sentido geográfico ou para fazer alusão ao comunitarismo primitivo. De acordo ainda com Sofri (1987), foi D. Riazanov quem introduziu no debate russo os escritos de Marx sobre a Ásia, bem como a expressão ‘modo de produção asiático’.

Esse posicionamento fica claro na linha política defendida por Stálin (1965: pp. 26-27), quando esse dirigente comunista sustenta as seguintes vias para os revolucionários (ou, ainda, vanguarda) sublevaram as massas camponesas:

A primeira é aquela da formação de comitês camponeses e da penetração nesses comitês de revolucionários chineses capazes de agir sobre o campesinato. [...] A segunda via é aquela de uma ação sobre o campesinato no seio do aparelho de um novo poder nacional revolucionário. [...] A terceira via consiste em agir sobre o campesinato no seio do exército revolucionário.<sup>2</sup>

A defesa do campesinato como massa a ser dirigida pelo proletariado urbano (a vanguarda), também aparece nos escritos de Trotsky do período:

[...] a chave de toda a situação reside precisamente no fato de que a tarefa da conquista do movimento camponês incumbe ao proletariado, isto é, diretamente ao partido comunista; e essa tarefa não pode na realidade ser resolvida de outra maneira que não seja pelos operários de Cantão, isto é, sob a forma da ditadura do proletariado, cujos métodos se transformam, desde o próprio início, inevitavelmente, em métodos socialistas. (1965: p. 322).

A despeito das posições de Mao Tsé-tung ocuparem uma posição marginal no debate acima mencionado, consideramos importante retomar alguns de seus escritos do fim da década de 1920. Devido à escassa autonomia que o PC chinês tinha em face do Comintern, dado que “era [um partido] ainda bastante débil e, por isso mesmo, tendencialmente caudatário dos documentos oficiais do Comintern e das palavras de seus enviados” (Sofri, 1987: p. 364)<sup>3</sup>, é possível constatar na análise de Mao o uso corrente do jargão empregado pela Internacional Comunista, que defende a ideia de que a China viveria, no fim dos anos de 1920, a etapa da revolução democrático-burguesa. No entanto, a

teoria da revolução da China aparece em “estado prático” nos seus textos, não como um discurso teórico, mas como prática política<sup>4</sup>. Como lembra Sofri:

Desde sua célebre “Analise das classes”, de 1926, jamais interessou a Mao classificar a realidade e cobri-la com etiquetas teóricas. Seu problema principal era eminentemente prático: descobrir “quais são os nossos inimigos e quais são os nossos amigos”, investigando não somente a “condição econômica” das diversas classes e estratos sociais, mas também “a respectiva atitude deles diante da revolução”. Além do mais, ele considerava que essas coisas estariam sujeitas a modificação. A análise das classes não devia, portanto, assemelhar-se a uma fotografia, mas captar uma realidade em movimento; e, ainda, referir-se sempre a uma situação concreta. (1987: p. 369).

Vale dizer, as massas camponesas, que antes eram vistas sob um ponto de vista tutelar na denominada ditadura do proletariado, passam a ocupar e a exercer um outro papel nos escritos de Mao. O conjunto dos textos e intervenções dele, de 1926 a 1930, não nos conduz à conclusão de que Mao tenha defendido, durante todo o período, a tese de que o campesinato é o principal agente revolucionário, não devendo se submeter a nenhuma outra força social na revolução chinesa<sup>5</sup>. Essa problemática pode ser evidenciada com maior nitidez apenas no relatório sobre a situação do movimento camponês em Hunan. Nos demais textos, ele delega ao proletariado industrial a posição de direção do movimento revolucionário e ao campesinato a posição de aliado da revolução em curso na China (Mao, 1968a)<sup>6</sup>. Nesse sentido, é possível apreender do texto de Mao, de forma fragmentária e difusa, a ideia de que a questão central da revolução não se encontra no plano do desenvolvimento das forças produtivas, mas no âmbito das relações de produção. Ou ainda: é a partir da análise das lutas de classes da formação social chinesa que ele procura identificar quais classes ou frações estão em condições de ocupar o papel de agente revolucionário.

<sup>2</sup> Sistematizamos em outro artigo a crítica aos escritos de Stálin sobre a formação social chinesa no fim dos anos de 1920 (Martuscelli, 2008).

<sup>3</sup> De modo distinto, Fischel (1976a) concebe a influência da International Comunista no PC chinês como algo positivo. Segundo a autora: “Quando o socialismo chegou à China, chegou na sua forma leninista, segundo as teses adotadas pela International como linha fundamental que os partidos deviam seguir (os problemas específicos da Revolução Chinesa seriam postos em seguida, mas não representariam de qualquer maneira uma revisão dos pontos apontados pela International como discriminação entre partidos comunistas e partidos social-democratas) com base nas soluções de organização que haviam distinguido primeiramente o Partido Bolchevista e que distinguiram depois as organizações comunistas de todos os países” (*Ibidem*: p. 138).

<sup>4</sup> A distinção entre estado prático e estado teórico dos conceitos foi elaborada pelo filósofo comunista Louis Althusser. Ver: Althusser, 1979; s/d.

<sup>5</sup> Nesse artigo, deixaremos de fora apenas o texto de Mao: “Sobre la rectificación de las ideas erróneas en el partido”, de dezembro de 1929, que aborda a questão da organização do Exército Vermelho e foge aos propósitos de nossa análise.

<sup>6</sup> Informe escrito por Mao, em março de 1927, em réplica às acusações, dentro e fora do PC chinês, contrárias à luta revolucionária dos camponeses. Retirado do sitio [www.marxists.org](http://www.marxists.org). É importante ressaltar que as numerosas das páginas dos textos obtidos na Internet são as mesmas do original na forma de livro. Por isso, procuraremos fazer referências diretas, daqui em diante, aos tomos das Obras escolhidas do dirigente comunista chinês.

## 2. Entre a interpretação “feudal” e a interpretação “asiática”

Como já indicamos anteriormente, não é possível identificar nos escritos de Mao, entre 1926-1930, uma formulação teórica precisa a respeito da revolução, ou melhor, o conceito de revolução aparece em “estado prático”. Nesse sentido, a tentativa de extrair de seus textos uma contribuição particular para uma teoria da revolução exige certa cautela e análise sistemática, tornando-se, portanto, uma empreitada um tanto difícil.

De inicio, deparamo-nos com duas importantes dificuldades para compreender os textos de Mao: a) ele não sistematiza, nesse período, uma teoria da revolução, isto é, esta se encontra em “estado prático”; b) e suas análises são apresentadas num momento em que o PC chinês possuía diminuta autonomia perante as posições do Comintern e do PCUS, levando o comunista chinês a se apropriar de jargões e teses vindas do “exterior”. Sobre esse aspecto, Naves sustenta a ideia de que Mao

[...] havia aplicado criativamente o marxismo às condições da China, conseguindo identificar o agente principal da transformação social, o camponês, contra a doutrina “oficial” e a orientação dos dirigentes stalinistas, [que pregava] a aplicação mecânica de princípios e métodos oriundos da experiência soviética, sem considerar as condições concretas da situação chinesa. (2005: p. 29).

Quanto ao último aspecto, especificamente, diversas análises tentaram estabelecer associações entre os textos de Mao e a interpretação “feudal”. É certo que adjetivos como “feudal” e “semifeudal” são recorrentes nos seus escritos. No entanto, isso não quer dizer que Mao teria acatado de maneira mecânica as teses oficiais do Comintern. A edição, em língua espanhola das *Obras escolhidas*, por exemplo, contém uma série de notas explicativas dos tradutores que tentam justificar a aproximação do dirigente comunista com a interpretação “feudal”.<sup>7</sup>

Mao não apresenta uma definição rigorosa para o termo feudal, que, na maioria dos casos, parece designar a ideia de atrasado, reacionário e/ou a ideia de propriedade da terra. Na visão de Sofri, há motivos para se compreender o equívoco desse tipo de interpretação, que visava estabelecer vínculos entre a posição de Mao e a interpretação feudal. Segundo o autor, Mao tinha duas boas razões para não usar a expressão “modo de produção asiático”, que se contrapunha, na época, à expressão “feudal”:

A primeira era a óbvia desconfiança, por parte de quem reivindica a rica herança histórica e as gloriosas tradições do povo dos Han, do adjetivo “asiático”, num sentido que era, pelo menos originariamente, depreciativo. A segunda era a escassa importância que, a seus olhos, devia assumir uma questão de pura terminologia, sobretudo se ela apresentava o risco de se tornar um ulterior (e inútil) tema de conflito com Moscou. Mas daí até afirmar que Mao interpretava a realidade chinesa em termos inexatos ou pouco corretos, porque tomados de empréstimos a um contexto histórico diverso, o passo é visivelmente muito longo. (Sofri, 1987: p. 366).

Além disso, Sofri observa que a palavra “feudal” não teria um sentido preciso, ou melhor, poderia ser simplesmente entendida como “reacionário”, designando, dessa maneira, tudo que se refere à propriedade da terra. É partindo dessas observações que Sofri lança a hipótese segundo a qual a análise da sociedade chinesa realizada por Mao se associaria à expressão “modo de produção asiático”, embora este não a empregasse. Para tanto, Sofri apresenta os seguintes argumentos:

Um deles é a atribuição do papel fundamental na luta revolucionária aos camponeses, ou seja, aquela que – em termos de modo de produção asiático – forma a massa dos dominados e oprimidos. Um outro elemento é a política de aliança com alguns estratos da burguesia, num sentido bastante diverso da anterior aliança entre Guomindang e PCC. Como vimos, o Comintern considerava que uma classe capitalista burguesa estava efetuando na China uma revolução antifeudal; num certo estágio da revolução, atemorizada pela crescente força do proletariado, essa classe burguesia havia “traído” e se aliara, em função antiproletária, aos restos do feudalismo. (1987: p. 367).

De acordo com Sofri, Mao partilhava do mesmo pessimismo dos defensores do “modo de produção asiático” em relação à potencialidade revolucionária da burguesia chinesa, mas havia distinções importantes entre uma e outra posição: [...] a eventualidade de uma participação desses grupos [grandes proprietários rurais, compradores, burocratas, capitalistas ligados ao apoio financeiro] a eventualidade de uma participação dos textos da fase de “retirada” do comunista chinês.

<sup>7</sup> É importante ressaltar que os tradutores da edição espanhola das *Obras escolhidas* de Mao recorrem em demasia ao artifício das notas de rodapé explicativas para aproximar as análises das classes sociais, realizada pelo dirigente comunista chinês, à doutrina oficial da Internacional Comunista. Como veremos mais à frente, nos momentos de refluxo do movimento revolucionário, na conjuntura aqui analisada, Mao oscilava para um posicionamento defensivo, que, coincidentemente ou não, correspondia às posições defendidas pelo IC. Nesse sentido, quando procuram explicar determinado conceito trabalhado por Mao, os tradutores quase sempre remetem aos textos da fase de “retirada” do comunista chinês.

ceros dos países imperialistas] na luta revolucionária não podia sequer ser levada em consideração. Contudo, restavam outros estratos da burguesia, de cuja ajuda o proletariado e os camponeses necessitavam, ou aos quais era preciso dirigir-se sem se fechar numa atitude preconcebida e negativa. Esses estratos eram, por exemplo, artesãos tradicionais e pequenos empresários arruinados pela concorrência desagregadora do capitalismo estrangeiro e, sobretudo, intelectuais proletarizados pelas transformações sociais em curso, mortificados pelo declínio histórico da China diante da invasão imperialista e dispostos, portanto, a contribuir para uma grande revolução nacional anti-imperialista. Não se tratava, por conseguinte, de uma luta contra o "feudalismo" (por mais amplo que pudesse ser o uso desse termo), mas contra a dominação estrangeira, o atraso econômico e cultural, os grandes proprietários rurais, os usurários, os burocratas, contra o capitalismo na peculiar forma que esse assumira na China. (1987: p. 368).

Diante do exposto, parece-nos ser problemática a tentativa de Sofri de encontrar proximidades entre Mao e os defensores do "modo de produção asiático". Sofri expõe uma dessas razões com clareza; isto é, a análise da burguesia empreendida por Mao o distancia da interpretação "asiática" e, mais ainda, da interpretação "feudal". Ocorre que a análise dos camponeses que Mao realiza não o enquadra, ao contrário do que supõe Sofri, no campo da interpretação "asiática". Há elementos nos escritos de Mao que o diferenciam das teorizações "feudal" e "asiática" do papel do camponês na luta revolucionária. Ou melhor, ele não naturaliza a direção do proletariado sobre a massa de camponeses. Ao contrário, coloca a possibilidade de, nas condições históricas da formação social chinesa dos anos de 1920, os camponeses organizarem autonomamente seus interesses políticos. É verdade que essa formulação não aparece de forma "pura" nas intervenções de Mao no fim da década de 1920, mas há boas evidências para demonstrar como a nossa análise é procedente.

### 3. Mao e a luta de ideias

As análises da situação concreta chinesa - produzidas por Mao na última metade dos anos de 1920 e disponíveis nas *Obras escolhidas* - podem ser divididas em dois blocos principais: de um lado, temos os textos em que ele se encontra na defensiva e adota um posicionamento mais próximo da posição "oficial" do Comintern; de outro lado, temos os textos em que Mao se encontra na "zona de ataque", o que o leva a se distanciar das posições "oficiais". Coincidentemente ou não, as análises nas quais ele radicaliza suas posições

encontram-se em consonância com as fases de ascensão do movimento revolucionário na China.

No texto *Análise de classes da sociedade chinesa*, de março de 1926, Mao lança-se à tarefa de identificar as condições econômicas das diversas classes que compõem a sociedade chinesa e de analisar suas respectivas atitudes perante a revolução. A questão a ser respondida é a seguinte: quem são os "verdadeiros inimigos" e quem são os "auténticos amigos" da revolução na China? Entre os primeiros, estão aqueles que confabulam com o imperialismo: os chefes militares, os burocratas, o setor reacionário da intelectualidade chinesa, a burguesia compradora e a classe dos grandes proprietários de terra. Nesse grupo, Mao considera que os elementos "extremamente contrarrevolucionários" encontram-se entre os grandes proprietários de terra e a grande burguesia compradora. Segundo ele:

Na China, país semi-colonial e economicamente atrasado, a classe dos proprietários de terra e a burguesia compradora são verdadeiros apêndices da burguesia internacional, e sua existência e desenvolvimento dependem do imperialismo. Essas classes representam as relações de produção mais atrasadas e reacionárias da China e impedem o desenvolvimento das forças produtivas do país. Sua existência é absolutamente incompatível com os objetivos da revolução chinesa. (Mao, 1968b: pp. 9-10).

Entre os amigos da revolução, Mao identifica o proletariado industrial, o semiproletariado e toda a pequena burguesia, destacando que o proletariado industrial ocupa a posição de força dirigente da revolução por seu caráter centralizado, mas admite que o campesinato pobre e o proletariado rural, a despeito de serem mais dispersos, seriam forças sociais muito sensíveis à propaganda revolucionária. Mao (1968b) ainda faz algumas considerações a respeito da burguesia média, que, segundo ele, teria uma posição oscilante entre o campo político do inimigo e do amigo, devendo, por isso, ser colocada sob vigilância.

Nessa análise das classes, fica evidente o questionamento do papel da burguesia média (também identificada como burguesia nacional) na revolução chinesa. Mao não se alinha à caracterização mecanicista feita pelo Comintern e aplicada à realidade chinesa. Outro aspecto importante dessa análise é o destaque dado aos camponeses pobres e ao proletariado rural, vistos como importantes componentes da luta revolucionária. Mao (1968b) faz diversas observações sobre a situação econômica dessas classes e apresenta as condi-

ções concretas segundo as quais essas classes poderiam se insurgir contra os sustentáculos do imperialismo no país.

Na análise de Mao, não cabem dúvidas quanto à aliança dos grandes proprietários de terra e da burguesia compradora com a burguesia internacional. Isso quer dizer que a questão central a ser levada a cabo pelas forças sociais revolucionárias é a derrota dos alicerces do imperialismo na China. Não se vislumbra, portanto, o combate aos resquícios do feudalismo.

Mao (1968b) identifica como contradição principal a luta entre os grandes proprietários de terra e a grande burguesia compradora, dirigidos pelo imperialismo, e, ainda, o campesinato pobre e o proletariado rural, dirigidos pelo proletariado industrial. Para resolver essa contradição, Mao parece apontar para a superação das “atuais” relações de produção na China.

Enfim, esse é um texto de intervenção política que visa a orientar certo caminho para o PC chinês, concebido por Mao, nessa ocasião, como “guia das massas”. É um texto no qual ele se situa na ofensiva contra os setores mais conservadores do seu partido.

Proximadamente um ano depois, quando se verifica um processo de ascensão do movimento revolucionário chinês, Mao deixa de “atacar” o inimigo e passa a “perseguí-lo”. Ou melhor, ele radicaliza suas posições para discutir a situação concreta chinesa no Informe sobre uma investigação do movimento camponês em Hunan.

O que leva Mao a radicalizar o seu posicionamento a respeito da Revolução Chinesa é certamente a ascensão da luta revolucionária dos camponeses. Se, entre janeiro e setembro de 1926, ocorreu um período de organização das associações camponesas, no período posterior, entre outubro de 1926 a janeiro de 1927, ocorreu uma revolução no campo. É partir dessa análise que Mao (1968a) lança a palavra de ordem “Todo poder às associações camponesas”<sup>8</sup>.

Ao discutir os atos considerados abusivos cometidos pelos camponeses contra os “despotas locais”, os “senshi malvados” e os “proprietários de terra sem lei”, Mao leva em consideração dois elementos importantes que justificariam esses atos: o primeiro é a ação violenta dos camponeses ser consequência direta da opressão milenar que sofreram daquelas classes no campo; o segundo

é uma revolução dever ser compreendida como uma “insurreição”, “um ato de violência mediante o qual uma classe derrota a outra”, ou como ele ironiza,

[...] fazer a revolução não é oferecer um banquete, nem escrever uma obra, nem pintar um quadro ou fazer um bordado; não pode ser tão elegante, tão tranquila e delicada, tão aprazível, amável, cortês, moderada e generosa (1968a: p. 25).

Mao também faz uma ponderação importante em relação ao movimento camponês insurgente na China. Segundo ele, nem todos camponeses tomaram parte da revolução, pois os camponeses não formam uma classe homogênea, ou seja, vivem sob condições econômicas diferenciadas, o que os leva a ter uma posição mais ou menos recalitrante em face da revolução. Desse modo, enquanto os camponeses ricos permanecem inativos e os camponeses médios possuem uma atitude oscilante, os camponeses pobres constituem a força principal da luta no campo. Nas palavras de Mao,

[...] são eles [os camponeses pobres] os mais dispostos a aceitar a direção do Partido Comunista. São inimigos jurados dos despotas locais e senshi malvados e, sem a menor vacilação, assaltam suas fortalezas (1968b: p. 29).

Neste trecho, Mao parece reeditar a visão tutelar acerca das massas camponessas, caudatária da posição “oficial” do Comintern. Isso, na verdade, contradiz o próprio chamado de “todo poder às associações camponesas”. Mas qual é o significado de “direção” para Mao? Ele explicita mais à frente o papel que o Partido Comunista deve desempenhar no movimento revolucionário no campo, desfazendo da ideia de direção no sentido de tutela:

São os próprios camponeses quem instalou os ídolos e eles, quando chegar o momento, os tirarão com as próprias mãos; não é necessário que outros façam em seu nome antes do tempo. A política de propaganda do Partido Comunista a esse respeito deve ser “tencionar o arco, mas não disparar a flecha, indicando apenas a postura”. Aos próprios camponeses cabe tirar os ídolos e derrubar os templos das virgens mártires e os portais conmemorativos em honra das viúvas castas e fiéis; é errado que outros o façam por eles. (1968a: p. 45).<sup>9</sup>

Podemos perceber que, ao fazer menção ao partido, à sua capacidade de “tencionar o arco e orientar o sentido da flecha”, Mao não abandona a teoria em detrimento, única e exclusivamente, da prática. “Partido” para Mao, em

<sup>8</sup> Vale sempre lembrar também a influência que teria em Mao o fato de Hunan ter sido sua terra natal e de sua origem ter sido camponesa.

<sup>9</sup> Ibidem, p. 45.

Informe sobre uma investigação do movimento camponês de Hunan, representa a capacidade teórica – acumulada e elaborada a partir de sucessivas experiências práticas – de orientar a prática revolucionária. Mao, mais uma vez, distancia-se da ideia de direção “tutelar”, como também da tradição que coloca a organização “partido” por si só – independentemente da sua penetração nas massas e da correlação de sua base com as características da formação social – como uma conquista revolucionária.

Nessa mesma passagem, Mao revela a capacidade que os camponeses possuem de se organizarem politicamente em associações sem a interferência de forças externas. Identifica a força revolucionária do camponês pobre, pois este constitui a classe mais explorada no campo. É a partir da ideia de classe mais explorada que Mao (1968a: p. 29) detecta aqueles membros da sociedade que “nada temem perder”, ou ainda, que “não têm nenhuma telha em cima da cabeça, nem uma polegada de terra debaixo dos pés”<sup>10</sup>.

É interessante observar aqui a comparação que Pischel (1976b) estabelece entre as ideias presentes nesse texto de Mao, a respeito dos “camponeses pobres”, e as teses que Marx e Engels formularam sobre o proletariado no Manifesto Comunista. Vale dizer:

[...] a camada mais explorada não pode se libertar sem destruir o sistema que a opprime, e a sua libertação não pode ser fruto da ação benévolas ou reformadora de outras forças, menos diretamente exploradas, mas unicamente da sua revolta (Pischel, 1976b: p. 29).

E, ao se referir especificamente ao Relatório de Hunan, a autora salienta o seguinte:

Finalmente, era encarado no “relatório” um problema destinado a ter depois um considerável desenvolvimento: o do poder político-social das forças revolucionárias rurais, contraposto ao poder de fato dos proprietários. Somente a existência de um poder novo, à frente dos camponeses pobres, poderia permitir o derrubamento real das relações de produção rurais, a eliminação do arbítrio que criava os privilégios. (1976b: p. 29).

Após janeiro de 1927, a fase de ascensão da luta revolucionária den lugar à contrarrevolução e, com isso, Mao saiu da posição de “perseguir” o inimigo e “retirou-se”. Nos textos *Por que pode existir o poder vermelho na China?*, de outubro de 1928, e *A luta nas montanhas Chingkang*, de novembro de 1928, Mao apresenta-se nitidamente numa posição mais defensiva, demonstrando a aceitação de algumas teses caras ao oficialato comunista.

No primeiro desses dois textos, Mao salienta que a “China necessita com urgência de uma revolução democrático-burguesa, e essa revolução só pode ser levada a cabo sob a direção do proletariado (1968c: p. 64)”. Em outra passagem desse mesmo texto, ele chega a usar jargões do Comintern, defendendo a eliminação da exploração “feudal” dos camponeses.

Já no segundo texto, Mao afirma estar “plenamente” de acordo com a solução da Internacional Comunista sobre a etapa da revolução democrática-burguesa. Segundo ele,

O programa para uma revolução democrática radical na China implica, no plano externo, a derrota do imperialismo para alcançar a completa libertação nacional e, no plano interno, a eliminação da burguesia compradora nas cidades, a consumação da revolução agrária para eliminar as relações feudais no campo e a derrota dos chefes militares.

E conclui: “Somente por meio de semelhante revolução democrática, se poderá assentar uma verdadeira base para a transição ao socialismo (1968d: p. 102). ”

Nesse período, Mao reconhece que a revolução está em refluxo e não é por acaso, talvez, que essas posições familiares à IC apareçam em seus textos. Ou melhor, Mao parece justificar o seu posicionamento defensivo, lançando mão da ideia de fazer a distinção entre os períodos de estabilidade temporal do regime das classes dominantes, em que a sociedade chinesa acabava de ingressar, e os períodos de ruptura com esse regime, de que os chineses acabavam de sair. Isso aparece nitidamente na seguinte passagem:

[...] quando se produz uma ruptura no seio das classes dominantes [...] podemos adotar uma estratégia de avanço mais ou menos audaz, e o território sob o regime independente pode estender-se, mediante operações militares, em proporções relativamente grandes (Mao, 1968d: p. 75).

E continua ainda: “Quando o regime das classes dominantes é relativamente estável [...] devemos adotar uma estratégia de avanço gradual.”

<sup>10</sup> De acordo com Mao (1968a: p. 29), os camponeses pobres compunham 70% da população rural e poderiam ser divididos em dois grupos principais: os indigentes (20% da população rural), que “são os que não possuem nada em absoluto, isto é, os que não têm nem terra, nem fundos, nem meio algum de subsistência”; e os relativamente indigentes (50% da população rural), que “são os parcialmente despossuídos, os que têm um pouco de terra e alguns fundos, mas não conseguem comer com o que ganham”.

Aproximadamente um ano depois de publicar esses dois textos, Mao saiu da situação de “retirada” e passa a “fustigar” o inimigo. No texto *Uma só faísca pode incendiar a pradaria*, de janeiro de 1930, Mao vê a possibilidade de nova ofensiva da luta revolucionária na China, ao acreditar na possibilidade de desenvolvimento das “forças subjetivas” da revolução. No seu entendimento, tanto as forças contrarrevolucionárias, que passavam por cisões internas bastante intensas, quanto as forças revolucionárias, que ainda eram muito reduzidas, encontravam-se numa situação de debilidade e, em qualquer momento, a revolução poderia eclodir. Daí o significado do título do texto escrito por ele. Nele, Mao (1968e) notava certo acúmulo de contradições na sociedade chinesa no começo dos anos de 1930. Para ele, desenvolviam-se, nesse momento, contradições em vários níveis: entre o imperialismo e toda a nação; entre os países imperialistas, que resultavam em contradições entre as forças reacionárias da China; entre o imperialismo e a indústria nacional, que acarretava na agudização da contradição da burguesia nacional com o proletariado. Essa situação potencializava, segundo ele, o surgimento de uma nova fase revolucionária na China contra os imperialistas, chefes militares e os proprietários de terra.

Mao (1968e) discute, no entanto, algumas novidades que essa conjuntura traria para o movimento revolucionário, o que o levava, no nosso entender, a se distanciar mais uma vez da visão mecanicista da história forjada pelo Comintern. Recorrendo à citação de uma carta escrita pelo Comitê da Frente, em 5 de abril de 1929, e endereçada ao Comitê Central do PC chinês, Mao (1968e) expõe indiretamente sua visão da situação concreta na China. Isto é, ele concorda com as ideias, presentes na correspondência, de que as massas já haviam se desiludido com o Kuomintang, sendo o Partido Comunista o único partido capaz de conquistá-las<sup>11</sup>; e cabendo à direção do proletariado ser a chave da vitória da revolução. Quanto a esse último aspecto, o referido documento fazia uma ponderação bastante importante sobre o papel das massas camponesas na revolução. Como constava na carta,

[...] na China semi-colonial, a revolução fracassa inevitavelmente quando a luta camponesa não conta com a direção dos operários, mas jamais se prejudica caso a força dos camponeses se torne, no curso da luta, maior que a dos operários (1968e: p. 13).

Resumindo, Mao parecia sempre ter em vista, em sua análise da situação concreta, a ideia de que, para derrotar o inimigo, era preciso agrupar forças. Assim, era necessário o incremento das massas camponesas na revolução. Isso não quer dizer, de forma alguma, que ele defendia uma espécie de socialismo de pequenos proprietários ou camponês. Quando se atinha à análise do agente da transformação social, Mao procurava não descuidar da observação da realidade concreta, ou melhor, das lutas de classes que se travavam na formação social chinesa de seu tempo.

#### 4. Mao e a tese do primado das lutas de classes

A partir dos escritos do período 1926-1930, é possível entrever como Mao aplica, com originalidade e criatividade, aquilo que Lênin (1979) chamou de “alma viva do marxismo”: “a ‘análise concreta da situação concreta’”. A identificação do agente da transformação social não é realizada por Mao como uma fiação a priori. A análise do dirigente comunista procura abordar o processo de guerra civil chinês com uma realidade em movimento e com características próprias que o levam a considerar as lutas de classes e a tese geral, já formulada por Marx e Engels, de que “toda luta de classes é uma luta política (2005: p. 48).” No nosso entendimento, quando Mao credita ao campesinato o papel de protagonista no processo revolucionário, ele não incorre no erro de defender o socialismo dos “pequenos proprietários”, como poderia concluir uma interpretação apressada de seus escritos. Operando com a ideia geral de que a realidade concreta é eivada de múltiplas contradições, Mao chega ao entendimento de que o papel de agente revolucionário pode ser ocupado, sob determinadas condições históricas, por outras classes que não o proletariado urbano.

No fundo, o que está em jogo aqui são as consequências políticas que recaem sobre a análise concreta da situação concreta, se optarmos pela tese do primado das relações de produção (das lutas de classes) sobre as forças produtivas, ou pela tese do primado das forças produtivas sobre as relações de produção. Apesar das oscilações ou imprecisões teóricas identificáveis nos textos de Mao aqui analisados, podemos colocar seu nome entre os grandes teóricos do socialismo, o terreno para a ideologia do Partido Comunista, amparada na teoria marxista.

<sup>11</sup> Mao não está se reportando à organização do partido e à sua capacidade de atrair as massas para as suas fileiras. Faz uma alusão direta à luta de ideias em curso na sociedade chinesa; a ideologia “nacionalista” do Kuomintang teria mostrado os seus limites às massas, abrindo o terreno para a ideologia do Partido Comunista, amparada na teoria marxista.

Ele colocou em evidência a revolução teórica realizada por Marx ao sustentar em alguns de seus escritos a tese do primado das relações de produção sobre as forças produtivas, após uma longa noite nebulosa de predomínio de certas teses advogadas pela Segunda e Terceira Internacionais, marcadamente economicistas e mecanicistas, para as quais a via para se chegar ao socialismo era incerta e improvável.

### Referências bibliográficas

- ALTHUSSER, Louis. *A favor de Marx*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.  
 \_\_\_\_\_. *Sobre o trabalho teórico: dificuldades e recursos*. Lisboa: Editorial Presença, s/d.
- LENIN, Vladimir Ilyich. "KOMUNISMUS. 'Revista de la Internacional Comunista para los países de Europa Sudoriental' (en alemán). Viena, cuadernos 1-2, del 1 de febrero de 1920, al 18, de 8 de mayo de 1920". In *Obras completas*, t. XXXIII (mar-out de 1920). Madrid: Akal Editor, 1978.
- MAO Tse-tung. "Informe sobre una investigación del movimiento campesino en Junan". In *Obras escogidas*. Pequim: Ediciones en Lenguas Extranjeras, 1968a.
- \_\_\_\_\_. "Análisis de las clases de la sociedad china". In *Obras escogidas*. Pequim: Ediciones en Lenguas Extranjeras, 1968b.
- \_\_\_\_\_. "¿Por que puede existir el poder rojo en China?" In *Obras escogidas*. Pequim: Ediciones en Lenguas Extranjeras, 1968c.
- \_\_\_\_\_. "La lucha en las montañas de Chingkang". In *Obras escogidas*. Pequim: Ediciones en Lenguas Extranjeras, 1968d.
- \_\_\_\_\_. "Una sola chispa puede incendiar la pradera". In *Obras escogidas*. Pequim: Ediciones en Lenguas Extranjeras, 1968e.
- MARTUSCELLI, Danilo Enrico. "O anti-imperialismo de Stálin e a questão chinesa dos anos 1920". In *História & lutas de classes*, ano 4, nº 6, 2008 [Disponível em: <http://site.projeto-ham.com.br/arquivos/revistas/hlc6.pdf>].
- MARX, Karl. "O 18 Brumário de Luis Bonaparte". In Karl Marx e Friedrich Engels. *Textos* (vol. III). São Paulo: Edições Sociais, 1977.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto comunista*. São Paulo: Ed. Boitempo, 2005.
- NAVES, Márcio Billharinho. *Mao: o processo da revolução*. São Paulo: Brasiliense, 2005.
- PISCHEL, Enrica Colotti. *História da revolução chinesa: as origens da revolução*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1976a.
- \_\_\_\_\_. *História da revolução chinesa: a revolução em marcha*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1976b.
- SOFRI, Gianni. "O problema da revolução socialista nos países atrasados". In Eric Hobsbawm (org.). *História do marxismo: o marxismo na época da Terceira Internacional*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- STÁLIN, Joseph. "Les perspectives de la révolution en Chine". In Pierre Broué (org.). *La question chinoise dans l'Internationale Communiste (1926-1927)*. Paris : Études et documentation internationales, 1965.
- TROTSKY, Leon. "Discussion entre Trotsky et Préobrajensky" (Primeira carta de Trotsky a Préobrajensky, escrita no ano de 1928). In Pierre Broué (org.). *La question chinoise dans l'Internationale Communiste (1926-1927)*. Paris : Études et documentation internationales, 1965.

### NOTAS SOBRE DESENVOLVIMENTO, MEIO AMBIENTE E CAPITALISMO

Eduardo G. Serra\*

#### Introdução

A questão ambiental vem ganhando espaços crescentes na mídia e mobilizando grupos e organizações de diferentes matizes políticos, que desejam participar da elaboração do diagnóstico da situação mundial e apresentar propostas de soluções para os problemas identificados.

Há, reconhecidamente, uma crise ambiental mundial, revelada, entre outros fatores, pela agudização das transformações climáticas em curso. O aquecimento global, que provoca inundações, desgelo de geleiras em áreas polares e outras secas, degelo de geleiras em áreas polares e outros efeitos, a acidificação dos mares, a crescente escassez de água e outros recursos naturais, a aceleração do processo de perda de biodiversidade, entre muitos outros exemplos, são claros sinais dessa crise. Como pano de fundo, destaca-se a constatação da necessidade de se viabilizar o processo de desenvolvimento necessário para a superação das enormes desigualdades presentes nas sociedades capitalistas.

Por conta, principalmente, da crise econômica internacional em curso, que, entre outros efeitos, pressiona os governos a concentrar os recursos financeiros disponíveis para sua superação, a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente, a Rio+20, realizada em junho de 2012 na cidade que lhe dá o nome, fracassou inteiramente

\* Professor do Programa de Engenharia Ambiental da UFSC e membro do Comitê Central do PCB.